

PROCESSO - A.I. Nº 113839.3506/03-6
RECORRENTE - HATOR APICULTURA E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2º JJF nº 0319-02/03
ORIGEM - IFMT – DAT/NORTE
INTERNET - 26.11.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0629-11/03

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. OPERAÇÃO INTERESTADUAL COM MERCADORIA DESACOMPANHADA DA RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Considerando que se trata de venda interestadual com mercadoria sujeita ao regime de diferimento, a legislação estabelece que a respectiva nota fiscal deve ser acompanhada de Documento de Arrecadação Estadual. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado pelo autuado ao Acórdão nº 0319-02/03, da 2ª JJF, que, por Decisão unânime de seus membros, julgou Procedente o presente Auto de Infração, lavrado sob a acusação de falta de recolhimento do ICMS em operação impossibilitada de adoção do regime de diferimento, cuja mercadoria encontrava-se desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

O relator da Decisão recorrida prolatou o seguinte voto:

“O Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS relativo a operação impossibilitada de adoção do regime de diferimento, cuja mercadoria encontrava-se desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito.

Observo que o regime de diferimento dar-se-á quando o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre determinada operação forem adiados para uma etapa posterior de comercialização, industrialização ou consumo, e, ocorrido o momento final previsto pela legislação para o diferimento, será exigido o pagamento do imposto, independentemente de qualquer ocorrência superveniente, sendo um dos motivos de interrupção do diferimento as saídas da mercadoria para outro Estado.

Na descrição do produto constante da Nota Fiscal nº 4930, à fl. 14, constata-se que a mercadoria objeto da autuação fiscal é MEL DE ABELHA CENTRIFUGADO, sendo alegado nas razões de defesa que a mercadoria se destinava à exportação, e por isso, o autuado entende que foi beneficiado com a não incidência.

Observo que as hipóteses de diferimento estão previstas no art. 343 do RICMS/97, sendo que no inciso LVI, desse artigo estão incluídos, mel, cera, própolis e demais produtos da colméia, ficando definido o termo final para a saída subsequente ou as saídas dos produtos resultantes de sua industrialização.

Entretanto, o pagamento do imposto nas operações com mercadorias enquadradas no Regime de Diferimento para o caso em exame está disciplinado no art. 347 do RICMS/97, in verbis:

“Art. 347. O ICMS será lançado pelo responsável:

I - uma vez ocorrido o momento previsto como termo final do diferimento, ainda que a operação que encerrar o diferimento seja isenta ou não tributada;

II - sempre que a saída da mercadoria for efetuada em circunstâncias em que não seja possível a adoção do diferimento, como nas seguintes hipóteses:

a) saída de mercadoria para outra unidade da Federação ...”

Assim, constata-se que de acordo com o art. 347, incisos I, e II, alínea “a”, do RICMS/97, deve ser efetuado o pagamento do imposto quando ocorrer o termo final do diferimento, ainda que a operação que encerrar o benefício seja isenta ou não tributada, e também, quando ocorrer à saída da mercadoria para outra unidade da Federação.

Dessa forma, não merece prosperar a alegação defensiva de que a falta de pagamento do imposto foi porque a mercadoria se destinava a exportação, entendendo o autuado que a operação seria beneficiada pela não incidência, haja vista que a legislação estabelece que o recolhimento deve ser efetuado na saída das mercadorias.

De acordo com o § 1º, inciso I, alínea “a”, do art. 348, do citado RICMS/97, deveria ser anexado o respectivo documento de arrecadação ao documento fiscal que acobertava o transporte da mercadoria, ressaltando-se que em caso de existência de crédito fiscal acumulado pelo contribuinte, o mesmo deveria requerer à repartição fiscal a expedição de Certificado de Crédito, conforme previsto na legislação, o que não foi cumprido pelo autuado.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, tendo em vista que está caracterizada a infração apontada, sendo devido o imposto apurado conforme demonstrativo de débito de fl. 04 do presente processo.”

No Recurso Voluntário, o recorrente alegou que cumpriu o quanto disposto nos art. 581, 582 e 583, do RICMS/97, uma vez que o seu produto foi exportado pelo destinatário da operação questionada, dispensando-lhe o lançamento e recolhimento do imposto diferido, conforme preconiza o art. 347, § 3º, I, “a”, do mesmo regulamento.

Anexou cópia da legislação, a nota fiscal objeto da demanda, Carta de Correção datada de 28-07-2003 que altera o CFOP de 6.101 para 6.501, e documentos que pretende que comprovem a realização da exportação.

Pediu revisão no julgamento da 2ª JJF.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, pontuou que o cerne do lançamento reside na falta de recolhimento do imposto decorrente da venda interestadual de mercadoria (mel centrifugado) sujeita ao regime de diferimento.

Firmou que a infração apontada pelo preposto fiscal está devidamente comprovada e tipificada, com fulcro nos documentos fiscais acostados ao PAF, e fundamentada na legislação tributária vigente (art. 347, I e II, do RICMS/97), restando evidente nos autos a falta de recolhimento do tributo, e destacou que caberá o recolhimento do ICMS quando ocorrer o termo final do diferimento, ainda que a operação que encerrar o benefício seja isenta ou não tributada, e também, quando ocorrer a saída da mercadoria para outra unidade da Federação.

Opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Corroboro inteiramente com o posicionamento da 2ª JJF e da representante da PGE/PROFIS.

A infração está devidamente caracterizada, sendo que o recorrente, inclusive, não nega que praticou operação interestadual com produto enquadrado no diferimento, mas, tão-somente, argüi

que, neste caso, uma vez que o produto foi exportado pelo destinatário, não estaria sujeito ao lançamento e conseqüente recolhimento do imposto diferido, conforme norma inserta no art. 347, § 1º, I, “a”, do RICMS/97.

Ocorre que tal regra não lhe socorre, pois a dispensa do lançamento do imposto diferido, ali prevista, se reporta ao imposto relativo às entradas, e não às saídas, como é o seu caso.

O diferimento ocorreria caso o recorrente, se fosse o produtor do mel, tivesse promovido saída de mel centrifugado para estabelecimento comercial ou industrial, localizado neste Estado, e se este desse ao produto o destino da exportação, a operação estaria dispensada do lançamento do imposto diferido, pois se enquadraria, então, no dispositivo citado.

Além disso, a exportação indireta, na forma que dispõe o art. 582, do RICMS/97, deve ser efetuada seguindo regras próprias, entre elas, o credenciamento prévio junto à Inspetoria Fazendária do seu domicílio fiscal (§ 2º), o que não foi feito.

A condição de microempresa do contribuinte autuado, levantada pelo Conselheiro Carlos Cohim, não o desonera do pagamento do imposto antecipado para a operação em comento. Aliás, sendo o diferimento uma das modalidades de substituição tributária, o pagamento do imposto seguirá as regras da substituição tributária.

Assim, conforme preconizam os art. 347, I e II, “a”, e 348, § 1º, I, do RICMS/97, o pagamento do ICMS deve ser efetuado no momento da saída das mercadorias. Como não o foi, corretamente, o seu lançamento se deu mediante Auto de Infração.

Destarte, por considerar que a Decisão recorrida está perfeita e não carece de qualquer reparo, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado, para homologá-la.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **113839.3506/03-6**, lavrado contra **HATOR APICULTURA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.118,33**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros (as): Ivone de Oliveira Martins, Nelson Teixeira Brandão, Antonio Ferreira de Freitas, Marcos Rogério Lyrio Pimenta e Ciro Roberto Seifert.

VOTO VENCIDO: Conselheiro Carlos Antonio Borges Cohim da Silva.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de novembro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ –REPR. DA PGE/PROFIS